

No radar dos investidores estrangeiros

# NO RADAR DOS INVESTIDORES ESTRANGEIROS

Para cumprir metas de universalização até 2033 e investir R\$ 753 bi, empresas se associam a fundos de pensão e gestoras

**O** Brasil entrou no radar dos grandes investidores globais de infraestrutura após a aprovação do novo marco legal do saneamento. Interessados nas próximas concessões, eles se associam a empresas brasileiras. O fundo de pensão Canada Pension Plan Investment Board (CPPIB) comprou fatia de 45% na Iguá Saneamento, com investimento de R\$ 1,178 bilhão. Os canadenses do Albert Investment Management Corporation (AIM-Co), um dos principais gestores de investimento institu-

cional do país, têm participação na empresa.

Não se trata de exemplo isolado. O Fundo Soberano de Cingapura detém 19% da Aegea, que ganhou reforço da Itaúsa, este ano, com aporte de R\$ 1,3 bilhão para participar do leilão da Cedae. Já a Brookfield, gigante global em gestão de ativos de origem canadense, com US\$ 265 bilhões aplicados em infraestrutura, detém 70% das ações da BRK Ambiental. A GS Inima Brasil reporta-se à GS Inima Environment, controlada pela GS E&C, braço

de engenharia do quinto maior conglomerado empresarial da Coreia Do Sul. Os estrangeiros estão vindo com apetite e já entraram no jogo com força ao vencerem algumas concessões.

— É inimaginável financiar os investimentos em saneamento no Brasil somente com recursos do setor público. Hoje são investidos pouco mais de R\$ 13 bilhões por ano, já contando capital público e privado, e seria necessário ao menos o dobro para se tentar chegar às metas de universalização até

2033 — diz Gesner Oliveira, ex-presidente da Sabesp e sócio da GO Associados.

Oliveira diz que o investimento em infraestrutura, com retorno de longo prazo, interessa a fundos de pensão:

— Temos juros baixos, operações de saneamento maduras em países desenvolvidos e fundos de pensão com metas atuariais a serem cumpridas.

Estudo da consultoria KPMG e da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon) mostra que serão necessários R\$ 753 bilhões para universalizar serviços até 2033, como prevê o Plano Nacional de Saneamento Básico. Deste total, R\$ 498 bilhões em aportes para expansão da infraestrutura, incluindo recursos para distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. Além disso, o levantamento indica a exigência de mais R\$ 255 bilhões para recompor a infraestrutura existente.

Radamés Andrade Casseb, diretor-presidente da Aegea Saneamento, afirma que avalia todos os projetos de sanea-

mento, mesmo após a empresa ter sido vencedora dos leilões da Cedae. Ela arrematou os blocos 1 e 4, com outorgas de R\$ 15,4 bilhões. E já atua em 126 municípios no país.

— Os próximos leilões vão atrair mais capital das maiores empresas do setor, mas devem chegar novos *players*. Vamos estudar todos os projetos e decidir onde alocar o capital, com objetivos estratégicos. Devemos ter mais participantes internacionais. A densidade de negócios em infraestrutura, especialmente em saneamento, tornou o Brasil um polo de atração de investimento — diz Casseb.

Na Iguá Saneamento, o diretor de Operações, Péricles Weber, afirmou que a empresa identifica “potencialidades” nas próximas concessões. A Iguá levou o bloco 2 do leilão da Cedae, com outorga de R\$ 7,3 bilhões. Ele afirma que, com os canadenses como acionistas, há segurança no aspecto financeiro, de gestão e *compliance*.

— Vamos olhar todos os cenários — afirma Weber, lembrando que a Iguá já tem con-

cessões em cinco estados.

José Guilherme Souza, chefe de Infraestrutura e sócio da Vinci Partners, gestora de recursos e de patrimônio brasileira, afirmou que já se prepara para novas licitações, depois de ter participado do leilão de serviços de água e esgoto em Maceió com a Águas do Brasil, assim como no da Cedae. Ele destacou como oportunidades o bloco 3 da Cedae, que será licitado novamente, além da Corsan, em Porto Alegre, e regiões em Alagoas:

— Temos interesse em associações. Temos sido provocados por operadores estrangeiros interessados no setor. O governo já reconheceu que os recursos virão da iniciativa privada, local ou internacional.

#### **RISCO DE JUDICIALIZAÇÃO**

A GS Inima Brasil, a Águas do Brasil e a BRK Ambiental informaram que acompanham oportunidades. A BRK disse estar atenta a bons projetos, com segurança jurídica, que reflitam o momento do mercado, pós-marco regulatório. Há um mês, ela começou a operar os serviços de água e es-

gato da Região Metropolitana de Maceió. O Grupo Equatorial Energia disse ter interesse em crescer no setor e já participou de licitações como a da Cedae e a da Companhia de Saneamento de Alagoas.

Aprovado em junho do ano passado, o novo marco é questionado no Supremo Tribunal Federal (STF) por associações de estatais e por partidos políticos. As ações tentam trazer de volta a possibilidade de fechar os chamados “contratos de programa”, diretamente com as prefeituras e sem licitação — contrariando uma das exigências mais importantes da lei.

Para especialistas, porém, a disputa judicial não atrapalha novos investimentos. Os leilões do Rio e de Alagoas, por exemplo, foram feitos com a lei sob contestação.

— A judicialização sempre cria temor, acende um alerta, mas não a ponto de afastar investidores. Pode tumultuar, mas a expectativa é a de que haja uma enxurrada de leilões — diz Thiago Oliveira, sócio da área de Direito Regulatório do Siqueira Castro

Advogados.

O marco do saneamento prevê que os contratos atuais em vigor devem ser atualizados até 31 de março de 2022 para garantir as metas de universalização, após análise sobre a capacidade econômica das empresas para investir.

O decreto com os critérios que serão adotados só saiu sete meses após a sanção da lei. O marco ainda precisa passar por um processo de regulamentação, como atualizar um decreto de 2010 com diretrizes nacionais para o saneamento, que segue a lei antiga.

O Ministério do Desenvolvimento Regional afirmou ser “natural” que ocorram dificuldades para implementar as metas do novo marco devido a sua recente aprovação. A Agência Nacional de Águas (ANA) disse que já emitiu norma sobre a cobrança pela prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos e trabalha em outras normativas.



*“É inimaginável financiar os investimentos em saneamento no Brasil somente com recursos do setor público”*

**Gesner Oliveira**, ex-presidente da Sabesp e sócio da GO Associados

**Em busca de solução.** Saída de esgoto na Praia de Sepetiba. Recurso privado deve abrir espaço para garantir investimentos necessários em saneamento básico

## IMPACTO NA ECONOMIA

Montante necessário para garantir a universalização até o fim de 2033

R\$ 753 bilhões

R\$ 1,4 trilhão

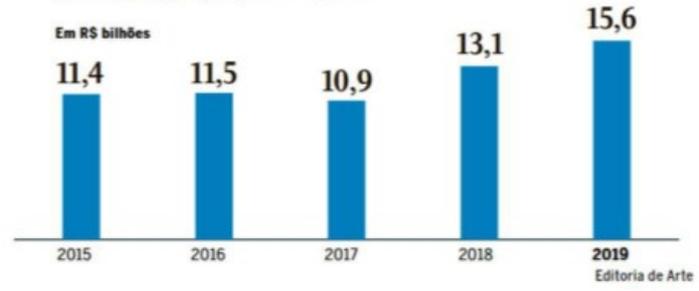
Efeito multiplicador desse investimento para a economia, com a previsão de criar 14 milhões de empregos e gerar R\$ 90 bilhões em arrecadação de impostos

Fonte: Abcon

## OS INVESTIMENTOS NO SETOR DOS ÚLTIMOS ANOS

Inclui empresas privadas, públicas e governos

Em R\$ bilhões



Editoria de Arte

